



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA CRISE VENEZUELA

RELATÓRIO PRELIMINAR

**Coordenador:
DEPUTADO NICOLETTI**

JULHO DE 2019

SUMÁRIO

I – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO EXTERNA – REQUERIMENTO Nº 586, DE 2019	2
II – MEMBROS DA COMISSÃO	4
III – INTRODUÇÃO. A CRIAÇÃO DA COMISSÃO E A MIGRAÇÃO FORÇADA DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	5
IV – HISTÓRICO DE REUNIÕES, VISITAS E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO.....	8
IV.1 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA	11
IV.2 - REQUERIMENTO Nº 3, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA	211
IV.3 - REQUERIMENTO Nº 4, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. MINISTRO DA ECONOMIA	32
IV.4 - REQUERIMENTO Nº 5, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO	34
IV.5 - REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. DA DEFESA.....	36
IV.6 - REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. MINISTRO DA SAÚDE	38
IV.7 - REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019. RESPOSTA DO EXMO. SR. MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	42
IV.7.1 Despacho nº 573/2019/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, do Departamento de Migrações	44
IV.7.2 Ofício nº 217/2019/DEE/SENASP/MJ, da Diretoria de Ensino e Estatística da Secretaria Nacional de Segurança Pública	44
IV.7.3 Ofício nº 851/2019/GAB-DFNSP/SENASP/JE, da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública	45
IV.7.4 Ofício nº 52/2019/GAB, do Gabinete do Diretor-Geral da PRF	45
IV.7.5 Ofício nº 1107/2019/GAB-DEPEN/MJ, do Departamento Penitenciário Nacional	48
V – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	49



**I – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO EXTERNA –
REQUERIMENTO Nº 586, DE 2019**

Subscrito pelo Deputado Nicoletti, em 25 de fevereiro de 2019, foi apresentado o Requerimento de criação de Comissão Externa destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil, com o seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº 526, DE 2019

(Do Sr. Nicoletti)

Requer a criação de Comissão Externa, com ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos art. 38 c/c o art. 117, inciso I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de COMISSÃO EXTERNA, com ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil.

A comissão tem por fim subsidiar o Governo Federal com informações para solucionar os problemas na fronteira do Brasil e da Venezuela causados pela crise que esse país enfrenta e viu agravada nos últimos dias.

A Comissão contará, para o seu funcionamento, com recursos orçamentários, administrativos e técnicos necessários providos pela Câmara dos Deputados.

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante das inúmeras denúncias mundialmente divulgadas e do estado degradante da população, além do iminente risco de atingimento da população brasileira que vive dos dois lados da fronteira, entendo importante a criação dessa comissão externa para dar suporte ao trabalho do Governo Federal, empenhado em solucionar a questão.

A atual crise na Venezuela se arrasta desde o final do governo de Hugo Chávez, adentrando o atual governo de Nicolás Maduro e tem origem socioeconômica e política. A população tem sofrido com a falta de recursos básicos para a sobrevivência e o país tem enfrentado, desde a última semana, inúmeras dificuldades para acessar a fronteira em busca de mantimentos e de atendimento médico.

A crise foi o resultado de políticas populistas que se iniciaram como parte da "Revolução Bolivariana" do governo de Hugo Chávez e se intensificou no governo de Maduro.

A crise da Venezuela atinge diretamente o Brasil e, diante do seu agravamento e da necessidade de controle da situação, o Estado de Roraima, que já enfrentava situação difícil e de calamidade financeira, sofre as consequências da fuga de venezuelanos.

O decreto de calamidade financeira teve como motivação as dívidas do estado, atrasos salariais, risco de colapso de serviços essenciais como saúde, educação e segurança e os impactos da migração venezuelana. O estado de calamidade foi responsável pela decretação de intervenção federal no final do ano passado e, no relatório que motivou a intervenção, a Agência Brasileira de Inteligência apontou risco de reedição de massacres e atos retaliatórios em presídios ao avaliar os impactos da crise financeira em Roraima em serviços públicos essenciais, como a segurança pública.

O aumento da fuga dos venezuelanos também deu origem ao anúncio, no último sábado, da edição de decreto de calamidade pública na saúde. O número de atendimentos no Hospital Geral de Roraima (HGR), principal unidade da rede e a única a realizar procedimentos de alta complexidade, aumentou consideravelmente e já não consegue realizar os atendimentos aos brasileiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Governo do Estado de Roraima, por meio de nota, informou que, nas últimas 36 horas, 18 pacientes venezuelanos em estado grave foram atendidos no hospital. Destes, 13 precisaram passar por procedimento cirúrgico, sobrecarregando as unidades de terapia intensiva, o setor de trauma e a ocupação de leitos. Com a publicação do decreto, o governo espera ter mais facilidade em compras emergenciais de medicamentos e de materiais médico-hospitalares. O estado analisa ainda a possibilidade de contratação de leitos hospitalares privados para deixar como retaguarda, caso haja necessidade.

Outra preocupação do governo de Roraima é o provável crescimento do número de imigrantes entrando no Brasil via Roraima, após a reabertura da fronteira. Já foi amplamente noticiado que houve a entrada de muitos detentos venezuelanos no Estado de Roraima, fato que expõe a população à insegurança e ao medo.

Diante desse cenário de absoluta falta de qualidade de vida e de escassez de recursos a que a população roraimense está submetida em razão da crise venezuelana, propomos a presente Comissão Externa, com a finalidade de obter informações para subsidiar as ações do Governo Federal, além de resguardar o lado brasileiro da fronteira.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, de de 2019.

Deputado NICOLETTI

PSL/RR

II – MEMBROS DA COMISSÃO

- Deputado Nicoletti - Coordenador (PSL/RR)
- Deputado Coronel Chrisóstomo (PSL/RO)
- Deputado Delegado Pablo (PSL/AM)
- Deputado Delegado Waldir (PSL/GO)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)
- Deputado General Girão (PSL/RN)
- Deputado Roberto Pessoa (PSDB/CE)
- Deputado José Medeiros (PODE/MT)

III – INTRODUÇÃO. A CRIAÇÃO DA COMISSÃO E A MIGRAÇÃO FORÇADA DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Instituída por Ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, de 26 de março de 2019, conforme Requerimento nº 586, de 2019, subscrito pelo Deputado Nicoletti, a Comissão Externa destinada a tratar da crise na Venezuela (CEXVENEZ), em especial na fronteira com o Brasil, foi criada com a finalidade de colher informações para subsidiar as ações do Governo Federal em prol da população roraimense, bem como resguardar o lado brasileiro da fronteira.

As políticas de controle de preços, as estatizações e as diversas ações intervencionistas do governo Nicolás Maduro no plano econômico, aliadas à queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional e à implacável perseguição a todos os que se opõem aos supostos ideais “bolivarianos”, estão entre as principais causas da notória crise político-econômica que assola a Venezuela. Nesse cenário de crise, as consequências mais visíveis são o desabastecimento, o aumento da violência, o desemprego e a migração forçada de milhões de cidadãos venezuelanos para os países das Américas.

Com base no relatório divulgado pela Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para Migrações (OIM), em 8 de novembro de 2018, estima-se que 3 milhões de pessoas



deixaram a Venezuela nos últimos anos em razão da crise político-econômica.¹ Esse número, contudo, supostamente está defasado. Com efeito, em recente declaração, o Representante Especial Conjunto da ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) e da OIM (Organização Internacional para Migrações) para refugiados e migrantes venezuelanos, Eduardo Stein, afirmou que, de acordo com dados da ONU, cerca de 4 milhões de pessoas já abandonaram a Venezuela e que as projeções indicam que esse número será de 5 milhões até o fim de 2019. Ainda segundo o Sr. Stein, “mesmo que se chegue a uma solução política para a Venezuela, os cerca de 5 milhões que devem sair do país vão levar cerca de dois anos para voltar. Isso porque a velocidade da volta é menor que a da saída.”²

No Brasil, segundo a Polícia Federal, entre 2017 e 2018, somente pela fronteira do município de Pacaraima, entraram 111.581 venezuelanos no território nacional. Desse total, 9.466 solicitaram residência, 29.202 pediram refúgio e 9.978 agendaram atendimento³.

Informações do CONARE, consignadas na publicação “Refúgio em Números”, revelam que, em 2017, houve 33.866 solicitações de refúgio. Dessas solicitações, 17.865⁴ foram de cidadãos venezuelanos, ou seja, mais de 50% do montante dos pedidos.

Dados tornados públicos pela Polícia Federal⁵ corroboram o crescimento desmesurado das solicitações de refúgio apresentadas por venezuelanos. No ano de 2010, por exemplo, o Brasil recebeu apenas 4 solicitações de refúgio de venezuelanos. A partir de 2013, os pedidos foram crescendo em escala jamais vista, até alcançarem a incrível marca de 62.295 pedidos em 2018.

¹ Fonte: Agência Brasil. <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2018-11/refugiados-e-migrantes-venezuelanos-ja-sao-3-milhoes-no-mundo>. Acesso em 14/02/19.

² Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/26/numero-de-venezuelanos-fora-do-pais-deve-chegar-a-5-milhoes.ghtml>. Acesso em 26/06/19.

³ Fonte: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/maio/comite-federal-apresenta-ao-presidente-michel-temer-aco-es-de-acolhimento-de-venezuelanos/view>. Acesso em 14/02/19.

⁴ Foi observada uma pequena diferença entre os números fornecidos pelo CONARE e pela Polícia Federal.

⁵ Polícia Federal. Fonte: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentacao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>. Acesso em 14/06/2019.



Solicitação de refúgio de Venezuelanos (2010-2018) ativas e inativas:

ANO	Nº DE SOCITAÇÕES
2010	4
2011	4
2012	1
2013	56
2014	209
2015	830
2016	3.385
2017	17.942
2018	62.295

Fonte: Polícia Federal.

Importante destacar que parte dos venezuelanos que ingressou no Brasil não solicitou o *status* de refugiado. Tal conclusão é possível a partir do saldo migratório, correspondente à diferença entre as entradas e as saídas do território nacional. Tomando-se como exemplo o ano de 2017, o saldo migratório dos venezuelanos foi de 27.322, sendo que destes apenas 17.942 solicitaram refúgio⁶.

Considerada como a maior crise humanitária da história da América Latina, a entrada massiva de milhares de venezuelanos no Brasil refletiu-se de forma imediata e contundente nos serviços públicos prestados pelo Estado de Roraima e pelos Municípios de Boa Vista e de Pacaraima, que não estavam preparados para acolher o enorme fluxo de refugiados proveniente do país vizinho.

⁶ No ano de 2018, o saldo migratório foi consideravelmente maior (90.059). No período, 227.373 venezuelanos entraram no Brasil; e 136.414 saíram do país. Fonte: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentacao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>. Acesso em 14/06/2019



IV – HISTÓRICO DE REUNIÕES, VISITAS E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO

A primeira reunião da Comissão Externa realizou-se em 3 de abril de 2019. Na oportunidade, foi aprovada a seguinte proposta de Plano de Trabalho:

“PROPOSTA DE ROTEIRO DE TRABALHO DA COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A TRATAR DA CRISE NA VENEZUELA, EM ESPECIAL NA FRONTEIRA COM O BRASIL (REQ. 586/2019)

Como roteiro de trabalho da Comissão Externa, propõe-se a realização das seguintes atividades:

- 1) Recebimento de requerimentos dos ilustres Deputados, relacionados à finalidade da Comissão Externa, a serem encaminhados às autoridades federais e às do Estado de Roraima (prazo: até o dia 8 de abril de 2018);
- 2) Reunião para a discussão e votação dos requerimentos (dia 9/4/2019, terça-feira, às 14:30, no Anexo II, Plenário 14)
- 3) Visita às cidades de Boavista e Pacaraima, com o intuito de:
 - a) verificar, *in loco*, o impacto nos serviços públicos oferecidos à população, em razão do fluxo migratório de venezuelanos, provocado por crise humanitária;
 - b) entregar as solicitações de informação, aprovadas na Comissão, às autoridades competentes do Estado de Roraima;
- 4) Reuniões de trabalho (em Roraima e em outros estados diretamente afetados pela crise migratória) e de audiências públicas (na Câmara dos Deputados), com autoridades públicas e representantes de entidades da sociedade civil;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5) Reunião para discussão e votação do relatório da Comissão Externa; encaminhamento de eventuais proposições legislativas relativas ao tema.

Sala de Reunião, em 3 de abril de 2019.

Deputado Nicoletti (PSL/RR)”

Em 10 de abril de 2019, a Comissão reuniu-se para deliberar sobre 8 (oito) requerimentos, que foram aprovados pela unanimidade dos presentes, a saber:

- 1 - **REQUERIMENTO Nº 1/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Governador do Estado de Roraima informações relativas aos impactos, nos serviços públicos e na economia desse ente federativo, causados pela migração de cidadãos venezuelanos". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**
- 2 - **REQUERIMENTO Nº 2/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita à Prefeita do Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, informações relativas aos impactos, nos serviços públicos e na economia desse ente federativo, causados pela migração de cidadãos venezuelanos". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**
- 3 - **REQUERIMENTO Nº 3/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Prefeito do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, informações relativas aos impactos, nos serviços públicos e na economia desse ente federativo, causados pela migração de cidadãos venezuelanos". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**
- 4 - **REQUERIMENTO Nº 4/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Ministro da Economia informações relativas aos impactos causados pela migração de cidadãos venezuelanos no Estado de Roraima". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**
- 5 - **REQUERIMENTO Nº 5/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Ministro da Educação informações relativas aos impactos causados pela migração de cidadãos venezuelanos no Estado de Roraima". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**



- 6 - **REQUERIMENTO Nº 6/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Ministro da Defesa informações relativas aos impactos causados pela migração de cidadãos venezuelanos no Estado de Roraima". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**

- 7 - **REQUERIMENTO Nº 7/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Ministro da Saúde informações relativas aos impactos causados pela migração de cidadãos venezuelanos no Estado de Roraima". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**

- 8 - **REQUERIMENTO Nº 8/2019** - do Sr. Nicoletti - que "solicita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública informações relativas aos impactos causados pela migração de cidadãos venezuelanos no Estado de Roraima". **APROVADO, COM SUBSCRIÇÃO DOS DEPUTADOS EDUARDO BOLSONARO, DELEGADO PABLO E GENERAL GIRÃO.**

No dia 29 de abril de 2019, foi realizada visita técnica à cidade de Boa Vista. Na ocasião, a comitiva integrada pelos Senhores Deputados NICOLETTI (PSL/RR), CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL/RO), DELEGADO PABLO (PSL/AM), EDUARDO BOLSONARO (PSL/SP) e GENERAL GIRÃO (PSL/RN) empreendeu as seguintes reuniões e visitas:

- 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SL);
- Hospital Geral de Roraima (HGR);
- Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Nazaré;
- Hospital das Clínicas Dr. Wilson Franco;
- Hospital Policlínica Cosme e Silva;
- Hospital da Criança Santo Antônio;
- Abrigo Rondon 3 da Operação Acolhida; e
- Terminal Rodoviário da cidade.

No dia 30 de abril, a comitiva de Deputados acima referida esteve em visita técnica no Município de Pacaraima, onde foram realizadas as seguintes atividades:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Reunião com o Prefeito de Pacaraima JULIANO TORQUATO DOS SANTOS;
- Visita à Câmara de Vereadores;
- Visita ao Hospital Délio de Oliveira Tupinambá;
- Visita à fronteira com a Venezuela, ao 3º Pelotão Especial de Fronteira; e às instalações da Operação Acolhida.

A Comissão Externa reuniu-se em 4 de junho de 2019. Na oportunidade, entre outras iniciativas, o Senhor Deputado Coordenador declarou que as informações solicitadas à Prefeitura de Boa Vista-RR estavam sendo finalizadas e que seriam brevemente remetidas à Comissão. Relatou a entrega de ofícios ao Presidente da República e ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência, contendo as principais reivindicações obtidas na visita técnica da Comissão ao Estado de Roraima, bem como defendeu a abertura de crédito suplementar para a Operação Acolhida, manifestando grande preocupação com os desdobramentos da migração venezuelana.

No dia 12 de junho de 2019, a Comissão aprovou as atas das 2ª e 3ª reuniões, bem como aprovou a realização de visita técnica à cidade de Cúcuta, na Colômbia, com o intuito de verificar como esse país vem agindo em relação à crise venezuelana.

Antes de apresentar uma síntese das respostas aos requerimentos aprovados neste Colegiado, cumpre destacar que, até a data de elaboração do presente relatório, a Prefeitura de Boa Vista não havia apresentado resposta às solicitações constantes do Requerimento nº 2, de 2019 – CEVENEZ.

IV.1 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

Por meio do Ofício nº 02/2019-Coord, em 27 de maio, esta Comissão Externa enviou ao Exmo. Governador do Estado de Roraima as solicitações constantes do Requerimento nº 1, de 2009 - CEVENEZ. O Governo de Roraima respondeu às referidas solicitações por meio do Ofício nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1180/2019-SESAU/GAB/CGUE, da Secretaria de Estado de Saúde, do Ofício nº 590/2019-GAB/SEJUC, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, Ofício nº 836/2019/GAB/SESP/RR, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, do Ofício nº 837/2019/GAB/DG/PCRR, do Delegado-Geral da Polícia Civil, Ofício nº 446/2019-GCG, do Comandante Geral da Polícia Militar, e do Ofício nº 0637/2019/SEED/GAB/RR, da Secretaria Estadual de Educação e Desportos, complementado pelo “Relatório de Fluxo Migratório em Roraima e o Reflexo na Educação Básica, de 20 de maio de 2019.

A seguir, são transcritas as indagações encaminhadas pela Comissão Externa, acompanhadas de síntese das respostas apresentadas pelos órgãos do Estado de Roraima. Desde já, cumpre destacar que nem todas as questões foram respondidas.

I) Saúde pública:

- a) Quantos atendimentos e internações de pacientes venezuelanos ocorreram na rede hospitalar pública estadual no Estado de Roraima nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, e que percentual representaram do total geral de atendimentos e internações nesses anos?

Resposta: De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde, de 2016 até 2019, foram atendidos 79.873 venezuelanos em serviços ambulatoriais na capital, conforme a tabela abaixo:

ANO	Venezuelanos atendidos em serviços ambulatoriais na capital
2016	3.445
2017	12.718
2018	48.454
2019*	15.256
TOTAL	79.873

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Roraima.

Legenda: (*) Até 30 de abril de 2019



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em relação aos municípios do interior, a Secretaria afirma que não há padronização dos procedimentos de coleta e sistematização de dados.

No que se refere ao número de internações, a Secretaria informa que, de 2016 a 2019, foram internados 7.833 venezuelanos, em conformidade com a seguinte tabela:

ANO	Consolidação do quantitativo dos venezuelanos internados em Boa Vista
2016	681
2017	1.591
2018	4.182
2019*	1.379
TOTAL	7.833

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Roraima.

Legenda: (*) Até 30 de abril de 2019

Como demonstram os dados acima dispostos, houve um aumento considerável no quantitativo de pacientes imigrantes. Segundo a Secretaria de Saúde, “muito além da demanda por leitos, medicamentos, procedimentos e equipe de saúde (médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais), são necessários outros profissionais para a oferta dos serviços de atendimento e de suporte administrativo, técnico e operacional, sem os quais há comprometimento da normalidade e bom atendimento nas Unidades de Saúde.”

- b) Qual foi o impacto da chegada dos migrantes no número de notificações de doenças endêmicas no Estado de Roraima? Quais foram as doenças mais impactadas? Quantos casos de sarampo foram notificados nesse Estado de 2016 até a presente data?

Resposta: Com base nas informações da Secretaria de Saúde, “o aumento da crise política e humanitária no país vizinho impactou no controle da malária” e do sarampo. “De acordo com a Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde de Roraima, desde a semana Epidemiológica – SE 04/2018 até 13/2019 foram confirmados 361 casos de sarampo”, sendo que destes, 219 foram



CÂMARA DOS DEPUTADOS

registrados em venezuelanos. Em razão dessas ocorrências, cumpre destacar que o Brasil perdeu a certificação de país livre do sarampo, da OPAS.

A Secretaria de Saúde ressalta que, “muito embora a crise migratória tenha incrementado nos últimos anos os números de casos de Dengue, Chikungunya e Zica no Estado, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN -, não é possível identificar exclusivamente a população de imigrantes. Como o Sistema Único de Saúde - SUS é universal, os sistemas de informação do Ministério da Saúde foram criados para receber informações de brasileiros, não sendo possível separar por nacionalidade os casos notificados.”

- c) Que impacto a migração em massa teve sobre a taxa de ocupação hospitalar nas unidades de saúde localizadas no Estado de Roraima, correspondente ao percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia ativos?

Resposta: Não foram apresentados dados sobre a taxa de ocupação hospitalar. Consta apenas uma tabela que demonstra a ocupação da UTI neonatal do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth nos dias 6 e 7 de maio de 2019.

- d) Quantos médicos e enfermeiros atendem atualmente à população de Roraima e qual a relação habitantes/médico, considerando a população local somada aos migrantes?

Resposta: De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado, com base em informações do CRM-RR, há 916 médicos com registro ativo em Roraima. Desses, 771 prestam serviços ao Estado, sob regimes de contratação diversos. Ainda de acordo com a Secretaria, “além dos médicos, 547 enfermeiros e 1.661 técnicos em enfermagem atendem à população nas Unidades Hospitalares do Estado.”

A Secretaria de Saúde destaca que a proporção habitante/médico é de 1 para 663, considerando-se que população residente no Estado foi estimada pelo IBGE, em 2018, em 576.568, sem considerar os imigrantes.

- e) Quanto o Estado investiu na área da saúde nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resposta: A Secretaria Estadual de Saúde, com base no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS - apresentou o seguinte quadro demonstrativo:

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – APS

EXERCÍCIO	VALOR DE RECURSOS DO ESTADO	VALOR PERCENTUAL DE RECURSOS DO ESTADO	VALOR DE RECURSOS DA UNIÃO	VALOR PERCENTUAL DE RECURSOS DA UNIÃO	VALOR TOTAL
2014	291.184.213,98	78,84	78.173.308,55	21,16	369.357.522,53
2015	402.944.200,82	77,48	117.107.838,58	22,52	520.052.039,40
2016	484.100.863,75	82,76	100.808.877,54	17,24	584.909.741,29
2017	550.737.310,87	78,96	146.715.116,68	21,04	697.452.427,55
2018	557.683.059,25	79,54	143.370.918,74	20,46	701.053.977,99

- f) Qual o valor, estimado, dos investimentos necessários para o atendimento da demanda atual por serviços médico-hospitalares?

Resposta: Em conformidade com a Lei Orçamentária Anual do Estado de Roraima, para o ano de 2019, a previsão de gastos é de R\$ 647.000.000,00. A Secretaria de Saúde não estimou os investimentos necessários para atender a demanda atual por serviços médico-hospitalares.

- g) O Estado recebeu recursos da União, destinados à melhoria dos serviços de saúde, em razão do aumento do fluxo migratório de venezuelanos? Em que anos? Quanto?

Resposta: A Secretaria Estadual de Saúde – SESAU/RR – apresentou quais foram os valores dos investimentos na saúde no Estado de Roraima, conforme quadro abaixo:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – APS

EXERCÍCIO	VALOR DE RECURSOS DO ESTADO	VALOR PERCENTUAL DOS RECURSOS DO ESTADO	VALOR DE RECURSOS DA UNIÃO	VALOR PERCENTUAL DE RECURSOS DA UNIÃO	VALOR TOTAL
2014	291.184.213,98	78,84	78.173.308,55	21,16	369.357.522,53
2015	402.944.200,82	77,48	117.107.838,58	22,52	520.052.039,40
2016	484.100.863,75	82,76	100.808.877,54	17,24	584.909.741,29
2017	550.737.310,87	78,96	146.715.116,68	21,04	697.452.427,55
2018	557.683.059,25	79,54	143.370.918,74	20,46	701.053.977,99

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS

A SESAU/RR informou, também, que a Lei Orçamentária Anual – LOA de Roraima “prevê para ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde – APS – o valor aproximado de R\$ 647.000.000,00”.

Com base nas informações prestadas pela Coordenação Geral de Planejamento da SESAU, “o Estado de Roraima recebeu recursos federais destinados à melhoria do serviço de saúde referentes aos anos de 2017 e 2018, recurso este não destinado diretamente ao atendimento do fluxo migratório de venezuelanos, em situação de vulnerabilidade”. Mais adiante, destacou que a secretaria “não tem conhecimento de qual foi a metodologia/critérios utilizados para constatar se os repasses foram efetivamente deferidos e se foram considerados, levando em conta os reais números da imigração venezuelana ou modo geral”.

II) Segurança pública:

a) Quantos venezuelanos vivem atualmente em Roraima?

Resposta: De acordo com o Memorando nº 0023/2019/CT/SESP, encaminhado pelo Ofício nº 836/2019-GAB/SESP/RR, do Secretario de Estado de Segurança Pública, o número de venezuelanos que vive atualmente em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Roraima pode ser obtido diretamente da Superintendência Regional da Polícia Federal naquele estado.

- b) Quantos crimes de roubo, furto, lesão corporal e homicídios foram praticados por venezuelanos nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Esses números correspondem a que percentual do total dos referidos crimes?

Resposta: Os dados relativos aos crimes de roubo, furto, lesão corporal e homicídios solicitados estão consolidados em 5 tabelas, que constam do citado Memorando nº 0023/2019/CT/SESP, de 14 de junho de 2019.

Outra tabela, encaminhada pelo Delegado-Geral de Polícia Civil (Ofício nº 837/2019/GAB/DG/PCRR), apresenta estatísticas de outros tipos penais, além dos acima citados, relativas aos anos de 2017 e 2018.

- c) Quantos venezuelanos acham-se atualmente presos no sistema prisional de Roraima?

Resposta: De acordo com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, “até o mês de maio do corrente ano, as unidades prisionais possuíam 3.386 (três mil, trezentos e oitenta e seis) internos reclusos, desse quantitativo 216 (duzentos e dezesseis) são de nacionalidade venezuelana”.

III) Energia:

- a) Qual a demanda mensal e anual de energia do Estado?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- b) Qual o tempo estimado para a ligação do Estado ao sistema elétrico nacional?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- c) Quantos apagões foram registrados no Estado em razão de falhas no fornecimento pela Venezuela, nos anos de 2018 e 2019?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

IV) Trabalho e emprego:

- a) De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, divulgada em 23/02/2018, no quarto trimestre de 2017, havia cerca de 20 mil pessoas desempregadas, o que representa 9,4% da população do Estado. A mesma pesquisa revela que esse índice é 0,5% superior ao constatado no mesmo período do ano anterior. Nesse contexto, indaga-se: a presença dos migrantes venezuelanos teve algum impacto no índice de desemprego local, ou o aumento nesse índice deve ser creditado à crise econômica nacional?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- b) Quais as principais ocupações laborais exercidas pelos migrantes venezuelanos? Qual percentual de venezuelanos inserido no mercado de trabalho?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

V) Transporte e segurança no trânsito:

- a) Qual o total de acidentes de trânsito no Estado, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- b) Quantos acidentes de trânsito envolveram condutores venezuelanos de veículos motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) Qual o número de acidentes de trânsito sofridos por venezuelanos pedestres ou condutores de veículos não motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- d) O Estado promove ou promoveu alguma campanha de educação e segurança de trânsito, orientada aos condutores venezuelanos? Em que consiste essa campanha?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- e) O Estado elaborou algum plano de redução de acidentes de trânsito, com foco nos condutores e pedestres venezuelanos?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

VI) Abastecimento e segurança alimentar:

- a) Tendo em vista o aumento do número de habitantes, sobretudo nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, foi detectado algum risco de desabastecimento de produtos alimentícios constantes da cesta básica no comércio local?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

VII) Educação:

- a) A partir de 2015, com o aumento do fluxo migratório de venezuelanos, foi observado algum impacto na demanda por vagas nas escolas estaduais?

Resposta: Com base nas informações prestadas no “Relatório do fluxo migratório em Roraima e o reflexo na educação básica”, elaborado pela Secretaria Estadual de Educação e Desportos, a crescente migração



venezuelana está sobrecarregando a Rede Pública Estadual de ensino e ocasionando “expressivo aumento das despesas para o Estado na prestação desse serviço”. O relatório revela que o número de venezuelanos matriculados vem crescendo a partir de 2015, sendo que, em 2019, houve uma “explosão” de matrículas de alunos dessa nacionalidade. Nesse ano, do universo de 72.471 estudantes matriculados na educação básica, 4.516 são venezuelanos.

- b) Quantos estudantes venezuelanos estão matriculados na rede estadual de ensino?

Resposta: De acordo com as informações constantes do Ofício nº 0637/2019/SEED/GAB/RR, da Secretaria Estadual de Educação e Desportos, em 2019, acham-se matriculados nas escolas da rede estadual de ensino 1.417 venezuelanos.

- c) No período de 2015 a 2019, houve aumento ou repasses adicionais de verbas do Governo Federal para a educação no Estado?

Resposta: Embora declare não haver “recursos suficientes para suprir as despesas educacionais previstas em lei”, a Secretaria Estadual de Educação e Desportos não informa se houve aumento ou repasses adicionais do Governo Federal para a educação no Estado.

VIII) Turismo:

- a) A chegada dos migrantes venezuelanos causou algum impacto no fluxo de turistas para o Estado? Qual?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

- b) Após 2015, foi observada alguma variação na taxa de ocupação da rede hoteleira do Estado?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

IX) Arrecadação tributária e economia:

- a) Existe alguma correlação entre os índices de arrecadação dos tributos estaduais e o início da migração em massa dos venezuelanos, a partir de 2015?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

b) Em que medida o fenômeno migratório impactou na atividade econômica do Estado?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

X) Aplicação de recursos públicos:

a) Tomando-se por base os recursos orçamentários do Estado, quanto foi gasto, em termos quantitativos e percentuais, com programas, projetos, ações, serviços e aquisições, relativos ao acolhimento e à manutenção dos migrantes venezuelanos, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

b) Qual o total de recursos repassados em 2017, 2018 e 2019, pela União, ao Estado de Roraima, referentes ao acolhimento e à manutenção dos migrantes venezuelanos? Tais recursos (se houver) foram utilizados em que programas, projetos, ações, serviços e aquisições?

Esta indagação não foi respondida até a conclusão do presente Relatório Preliminar.

IV.2 - REQUERIMENTO Nº 3, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA

Por meio do Requerimento nº 3, de 2019, esta Comissão Externa solicitou informações ao Exmo. Prefeito de Pacaraima, que foram respondidas por meio do Ofício nº 147/209-PMP, nos seguintes termos:

I) Saúde pública:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

a) Quantos atendimentos e internações de pacientes venezuelanos ocorreram na rede hospitalar pública estadual no Estado de Roraima nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, e que percentual representaram do total geral de atendimentos e internações nesses anos?

Resposta: O Hospital não disponibilizou estatísticas capazes de resultar em percentuais, porém, o que se vê é um aumento exponencial de atendimentos aos imigrantes venezuelanos, conforme a seguir:

2015: 1.856

2016: 3.534

2017: 5.020

2018: 9.999

2019: 2.228 (até a presente data).

b) Qual foi o impacto da chegada dos migrantes no número de notificações de doenças endêmicas no Estado de Roraima? Quais foram as doenças mais impactadas? Quantos casos de sarampo foram notificados nesse Estado de 2016 até a presente data?

Resposta: As notificações de doenças endêmicas são realizadas pelo Programa Saúde da Família — PSF de competência da Secretaria Municipal de Saúde, cujos dados compõem relatório específico, enviado pela própria Secretaria.

c) Que impacto a migração em massa teve sobre a taxa de ocupação hospitalar nas unidades de saúde localizadas no Estado de Roraima, correspondente ao percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia ativos?

Resposta: Segundo o diretor do Hospital Délio de Oliveira Tupinambá, em virtude da migração de venezuelanos, houve um aumento expressivo de cerca de 80% nos atendimentos.

d) Quantos médicos e enfermeiros atendem atualmente à população de Roraima e qual a relação habitantes/médico, considerando a população local somada aos migrantes?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resposta: Atualmente, o Hospital Délio de Oliveira Tupinambá apresenta o seguinte quadro de profissionais:

- 06 médicos;
- 12 enfermeiros;
- 38 técnicos e auxiliares;
- 02 bioquímicos;
- 02 farmacêuticos;
- 02 técnicos em radiologia;
- 02 dentistas;
- 04 auxiliares de dentista;
- 01 técnico em saúde bucal;
- 03 técnicos em laboratório;
- 02 motoristas de ambulância.

e) Quanto o Município investiu na área da saúde nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Resposta:

2015: R\$ 4.081.190,16;

2016: R\$ 4.836.406,08;

2017: R\$ 3.789.190,30;

2018: R\$ 6.077.120,03;

2019: R\$ 2.240.029,23

f) Qual o valor, estimado, dos investimentos necessários para o atendimento da demanda atual por serviços médico-hospitalares?

Resposta: Esse cálculo deve ser estimado por profissionais da Secretaria de Estado da Saúde já que o Hospital Délio de Oliveira Tupinambá é administrado pelo governo estadual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

De acordo com o diretor do Hospital, algumas intervenções são necessárias para um melhor atendimento da demanda atual, tais como reformas, revisão e reforço na rede elétrica em virtude dos equipamentos elétricos e eletrônicos, adaptação dos banheiros para portadores de deficiências, melhoria no quantitativo de recursos humanos, entre outras.

g) O Município recebeu recursos da União, destinados à melhoria dos serviços de saúde, em razão do aumento do fluxo migratório de venezuelanos? Em que anos? Quanto?

Resposta: O município de Pacaraima NÃO recebeu recursos destinados à melhoria dos serviços de saúde em razão do aumento do fluxo migratório.

II) Transporte público e segurança no trânsito:

a) Qual o total de acidentes de trânsito no Estado, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Resposta: Embora o tráfego de veículos seja intenso no município, não há registros de ocorrências graves já que a própria estrutura das vias públicas não permite altas velocidades.

De acordo com pesquisa feita diretamente no Destacamento de Polícia Militar de Pacaraima, uma média de 180 ocorrências foram registradas no período de 2015 a 2019, o que representa uma média de 36 ocorrências por ano, ou 3 por mês.

b) Quantos acidentes de trânsito envolveram condutores venezuelanos de veículos motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Resposta: A grande maioria, cerca de 80%, dos acidentes ou incidentes ocorridos no trânsito em Pacaraima são cometidos por estrangeiros.

c) Qual o número de acidentes de trânsito sofridos por venezuelanos pedestres ou condutores de veículos não motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resposta: De acordo com a Polícia Militar, cerca de 3 ocorrências foram registradas no período supracitado, o que representa um índice mínimo.

d) Qual a maior causa dos acidentes de trânsito em Pacaraima nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Resposta: Ainda de acordo com a Polícia Militar, a principal causa de acidentes e outras ocorrências é o transporte de passageiros no compartimento de carga e o não uso do capacete pelos motociclistas. Geralmente, os venezuelanos usam um acessório que se assemelha ao capacete, porém o mesmo não oferece segurança alguma ao condutor ou passageiro. Além disso, o desrespeito às normas de trânsito, inexistência de sinalização em locais importantes como também sinalização incorreta em alguns pontos são outros fatores que favorecem os acidentes ou incidentes no trânsito.

e) O Município promove ou promoveu alguma campanha de educação e segurança de trânsito, orientada aos condutores venezuelanos? Em que consiste essa campanha?

Resposta: Em algumas oportunidades são realizadas algumas abordagens, pelo CIRETRAN ou Polícia Militar, para averiguação dos documentos do condutor e do veículo. Porém, essa ação é insuficiente para a organização e segurança no trânsito.

Já está tramitando na Câmara Municipal um Projeto de Lei de municipalização do trânsito, o que possibilitará ao município, em convênio com a Polícia Militar e Detran-RR, uma melhor gestão dos problemas enfrentados no trânsito e nas vias públicas.

f) O Município elaborou algum plano de redução de acidentes de trânsito, com foco nos condutores e pedestres venezuelanos?

Resposta: O município já está articulando com a PM a confecção de adesivos e material publicitário sobre as principais normas de trânsito para serem afixados nos veículos e locais públicos para conhecimento



de todos, buscando, com essa ação, minimizar os transtornos diários devido ao tráfego intenso.

g) A partir de 2015, em razão do aumento do fluxo de migrantes venezuelanos, houve incremento na oferta de transporte público à população em geral?

Resposta: Pacaraima não conta com transporte.

III) Abastecimento e segurança alimentar:

a) Tendo em vista o aumento do número de habitantes, foi detectado algum risco de desabastecimento de produtos alimentícios no comércio local?

Resposta: A alta procura, ocasionada pela escassez de mantimentos no país vizinho, não acarretou em desabastecimento em Pacaraima. O comércio local está abarrotado, pelo menos, de produtos de consumo básico. Brasileiros e venezuelanos concentram as suas compras em Pacaraima e isso gera impacto na movimentação de mercadorias e na economia, gerando aumento nos preços e inflação. A desordem causada pelo aumento do fluxo é visível principalmente no centro comercial, onde o trânsito é caótico e o aumento da demanda faz com que até lojas de roupas e farmácias passem a comercializar itens básicos da alimentação.

IV) Educação:

a) A partir de 2015, com o aumento do fluxo migratório de venezuelanos, foi observado algum impacto na demanda por vagas nas escolas municipais?

Resposta: De acordo com dados do Censo Escolar realizado no Estado de Roraima, de 2015 a 2016, houve um aumento de 30,04% de matrículas de alunos venezuelanos e a rede municipal de ensino de Pacaraima também apresenta um índice alto de estrangeiros matriculados na rede municipal de ensino.

b) Quantos estudantes venezuelanos estão matriculados na rede municipal de ensino?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resposta: Até a presente data já são 917 (novecentos e dezessete) alunos estrangeiros matriculados na rede municipal de ensino de Pacaraima, representando um percentual de 33,04% do total de matrículas, somente nesse ano de 2019. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, há uma estimativa de 860 (oitocentos e sessenta) alunos fora da escola, aguardando por vagas nas escolas municipais.

c) No período de 2015 a 2019, houve aumento ou repasses adicionais de verbas do Governo Federal para a educação no Município?

Resposta: Não houve aumento no valor repassado.

V) Arrecadação tributária e economia:

a) Existe alguma correlação entre os índices de arrecadação dos tributos municipais e o início da migração em massa dos venezuelanos, a partir de 2015?

Resposta: Não existe qualquer correlação entre o aumento da arrecadação própria do município e o aumento da migração venezuelana, houve apenas a informatização do setor de tributos e implementação da cobrança de impostos como o IPTU e as Taxas Administrativas.

b) Em que medida o fenômeno migratório impactou na atividade econômica do Município?

Esta questão não foi respondida.

VI) Aplicação de recursos públicos:

a) Tomando-se por base os recursos orçamentários do próprio Município, quanto foi gasto, em termos quantitativos e percentuais, com programas, projetos, ações, serviços e aquisições, relativos ao acolhimento e à manutenção dos migrantes venezuelanos, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?

Resposta: O município não criou uma dotação orçamentária específica para gastos com o acolhimento dos venezuelanos, pois os imigrantes utilizam os mesmos serviços públicos destinados aos brasileiros. Desta forma, houve um aumento de demanda dos serviços de saúde, limpeza



urbana, e assistência social, causando a deterioração da qualidade dos mesmos, gerando prejuízos para população local.

b) Qual o total de recursos repassados em 2017, 2018 e 2019, pela União e pelo Estado de Roraima, ao Município, referentes ao acolhimento e manutenção dos migrantes venezuelanos? Tais recursos (se houver) foram utilizados em que programas, projetos, ações, serviços e aquisições?

Resposta: O município recebeu recursos apenas no ano de 2018, foram exatamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) enviados à Secretaria Municipal de Assistência Social para aquisição de materiais necessários ao acolhimento dos imigrantes, dos quais R\$ 406.724,31 (quatrocentos e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos) foram utilizados em 2018, com o saldo sendo reprogramado para utilização em 2019.

Além de responder, diretamente, à quase todas as indagações suprarreferidas, por meio do Ofício nº 139/2019-PMP, de 29 de abril de 2019, o Exmo. Prefeito de Pacaraima encaminhou a este Colegiado 4 (quatro) relatórios elaborados pelo próprio Gabinete do Prefeito e pelas secretarias municipais de Educação, de Saúde e de Assistência Social, os quais identificam alguns problemas enfrentados pelo município causados pela imigração venezuelana.

O relatório elaborado pelo Gabinete do Prefeito informa que “a cidade de Pacaraima, em Roraima, é a principal porta de entrada da Venezuela para o Brasil. O município tem 12 mil habitantes, mas os serviços públicos atendem cinco vezes mais pessoas do que a população inteira do município”.

Além de gráficos que indicam o quadro geral dos servidores municipais e dos servidores vinculados às secretarias municipais de Assistência Social, de Saúde e de Educação, de demonstrativos das despesas com o pessoal e de fotos, o relatório do gabinete destaca alguns problemas que, segundo o município, requerem providências imediatas, como: a crescente produção de lixo em razão do aumento do fluxo migratório; os buracos e alagamentos nas vias públicas; o desrespeito às leis de trânsito pela grande maioria dos estrangeiros; a falta de água tratada, agravada pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

aumento do número de migrantes; a violência, sobretudo no ambiente escolar; e o abastecimento de energia elétrica, com o intuito de evitar os constantes apagões e as oscilações na rede.

O relatório preparado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto revela que Pacaraima conta, atualmente, com 8 (oito) escolas: 5 (cinco) nas comunidades indígenas e 3 (três) na sede, valendo destacar que estas últimas são as que mais recebem alunos.

De acordo com o gráfico apresentado pela Secretaria de Municipal Educação, em 2016, estavam matriculados 1.744 (mil setecentos e quarenta e quatro) alunos. Destes, apenas 177 (cento e setenta e sete) eram estrangeiros. Em 2019, o total de alunos matriculados alcançou a marca de 2.775 (dois mil, setecentos e setenta e cinco), sendo 917 (novecentos e dezessete) estrangeiros. Esses dados indicam um aumento do número de alunos atendidos pelo sistema de educação pública de Pacaraima, bem como um incremento no percentual de estrangeiros matriculados em comparação com os nacionais.

Em razão do aumento da demanda escolar, a Secretaria Municipal de Educação alega sofrer com a falta de estrutura, com problemas relacionados ao fornecimento de material didático, pedagógico, de higiene e de limpeza, com o comprometimento do transporte escolar e o fornecimento de água.

O relatório subscrito pela Secretaria Municipal de Saúde informa que “o serviço de saúde do município vem recebendo uma grande demanda venezuelana, nos últimos os anos, onde foi percebido um grande aumento da procura de atendimento nas unidades básicas. Entre os serviços mais procurados evidenciam-se o atendimento médico, odontológico, pré-natal, imunização, emissão de cartão do SUS, exames laboratoriais, exame para malária e exame para tuberculose.”

Esse relatório revela que o Município de Pacaraima conta com 6 (seis) equipes de Estratégia da Saúde de Família e 4 (quatro) equipes de saúde bucal. Dispõe, ainda, de 28 (vinte e oito) agentes comunitários de saúde, 16 (dezesesseis) agentes de endemias, 1 (um) Núcleo de Apoio à Saúde da



Família-NASF II, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I e Academia de Saúde.

O relatório da Secretaria de Saúde contém 27 gráficos com dados relativos aos anos de 2017, 2018 e 2019, concernentes aos atendimentos: individuais; de Atenção Básica em Unidade de Referência da Família; odontológicos; em imunização, entre outros.

Como conclusão, a Secretaria Municipal de Saúde destaca que “o município de Pacaraima se encontra em um estado de iminente colapso dos serviços de saúde, diante da capacidade mínima técnica e financeira para a prestação dos serviços do SUS à população.” Em razão disso, esse órgão demanda as seguintes iniciativas:

- Ampliar a equipe de Saúde Bucal, com o objetivo de expandir o quantitativo de atendimento prestado;
- Ampliar o acesso dos migrantes, com sensibilização das equipes, por meio de qualificação e educação continuada;
- Equipar as unidades para melhor assistência ao usuário;
- Ofertar mais atenção à saúde dos grupos populacionais que se encontram em condições de vulnerabilidade social e com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados;
- Viabilizar atendimento, *in loco*, aos grupos populacionais indígenas venezuelanos, atendendo as suas necessidades e promovendo a articulação das equipes de saúde;
- Oferecer promoção, prevenção e acompanhamento de doenças infectocontagiosas.

Por seu turno, o relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social informa que a gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social — SUAS, em conformidade com a Lei nº 8.742, de 1993.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A rede socioassistencial de Proteção Social Básica do Município de Pacaraima é formada por 1 (um) CRAS e 1 (uma) equipe volante, e dispõe dos seguintes serviços, com capacidade de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família — PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — SCFV;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos;
- d) Programa Criança Feliz – PCF.

Além desses, a municipalidade conta com a oferta dos seguintes serviços, voltados à Proteção Social Especial:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado de Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade — PSC/LA.

Por derradeiro, cumpre informar que o Exmo. Prefeito de Pacaraima encaminhou 3 (três) ofícios, em que solicita o apoio dos ilustres membros dessa Comissão Externa aos seguintes pleitos: a) em caráter de urgência: uma ambulância tipo B (SEMSA/GAB/OFÍCIO Nº 067/2019); inclusão de microscopista na atenção básica para a realização de ações contra a malária (SEMSA/GAB/OFÍCIO Nº 070/2019); e a revisão do Manual de Emendas Parlamentares de 2019, no que se refere à vedação de compra de medicamentos, pelos municípios, com o incremento do PAB (SEMSA/GAB/OFÍCIO Nº 071/2019).



IV.3 - REQUERIMENTO Nº 4, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. MINISTRO DA ECONOMIA

Por meio do Ofício SEI nº 240/2019/GME-ME, de 27 de maio de 2019, o Exmo. Ministro da Economia respondeu às solicitações constantes do Requerimento de Informação nº 4, de 2019, aprovado por esta Comissão Externa em 10 de abril do corrente ano. Para fins de organização do presente relatório, são transcritas as indagações da Comissão, acompanhadas de síntese das respostas encaminhadas:

- a) No âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei nº 13.684, de 2018, que ações ou iniciativas destinadas aos migrantes venezuelanos, concernentes à economia e às relações de trabalho, foram empreendidas?

Resposta: O Ministério da Economia informou que o Ministério das Relações Exteriores é a pasta responsável por empreender ações destinadas aos migrantes, nos termos da Lei nº 13.684/2018.

- b) Em que medida o fenômeno migratório impactou na atividade econômica do Estado?

Resposta: Por meio da Nota Técnica nº 2/2019/SPM/GABIN/SPE/FAZENDA-ME, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, tomando como base os indicadores relativos: ao PIB regional; à produção agrícola de grãos no Estado; ao comércio varejista; e ao emprego e renda, afirma que “não se pode apontar diretamente impactos da migração dos venezuelanos sobre a atividade econômica do Estado de Roraima, dada a escassez de indicadores específicos para essa constatação”.

Ao final referida Nota Técnica (item 14), a Secretara de Política Econômica conclui que: “Não se pode afirmar que alterações na atividade econômica no estado de Roraima tenham sido causadas pela migração de venezuelanos desde a intensificação do fluxo em 2017, apenas que ocorreram em simultâneo e apenas sinalizam que pode haver alguma ligação ou contribuição entre os fatos no período.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) Qual o total de recursos repassados em 2017, 2018 e 2019, pela União, ao Estado de Roraima, relacionados ao acolhimento e à manutenção dos migrantes venezuelanos?

Resposta: Por meio do Of. 4/2019/GERED/COINT/SURIN/STN/FAZENDA-ME, a Secretaria do Tesouro Nacional informou que “sobre o montante dos recursos repassados pela União ao Estado de Roraima, desde 2017 até 2019, relacionados ao acolhimento e à manutenção dos migrantes venezuelanos”, em termos de transferências intergovernamentais, foram identificados “apenas o montante de R\$ 225.710.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, setecentos e dez mil reais) transferido pela União em dezembro de 2018, realizado com base na Medida Provisória nº 864, de 17/12/2018, para auxiliar nas ações relativas à intervenção federal, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.”

No mesmo documento, a Secretaria do Tesouro informa que não foram identificados “outros dados de transferências intergovernamentais específicos acerca do assunto”, destacando que outros órgãos federais como: Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Defesa, assim como a própria Presidência da República, devem ter atuado no acolhimento e na manutenção dos migrantes venezuelanos “através da execução direta de seus recursos”, o que não foi acompanhado pela Secretaria.

- d) De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, divulgada em 23/02/2018, no quarto trimestre de 2017, havia cerca de 20 mil pessoas desempregadas, o que representa 9,4% da população do Estado. A mesma pesquisa revela que esse índice é 0,5% superior ao constatado no mesmo período do ano anterior. Nesse contexto, indaga-se: a presença dos migrantes venezuelanos teve algum impacto no índice de desemprego local, ou o aumento nesse índice deve ser creditado à crise econômica nacional?

Resposta: A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia informou que: “os dados da PNAD Contínua trimestral sinalizam que a taxa de desocupação (% da força de trabalho — PEA) no estado de Roraima passou de 9,4% no 4º tri. 2017 para 14,0% no 4º tri. 2018 e para 15,0% no 1º



tri.2019. As taxas de desocupação em Roraima eram inferiores à média da Região Norte (11,3% da PEA) e à média do Brasil (11,8% da PEA) até 2017. Em 2018 e 2019, Roraima passou a ter taxa de desocupação de cerca de 15,0% da PEA, superior à média nacional (12,7%) e da média da Região Norte (13,1%). A taxa de desocupação em Roraima estava em desaceleração em 2017 antes da intensificação da imigração de venezuelanos. Passou a haver aumento das taxas de desocupação em Roraima a partir do 4º tri.2017, em simultâneo ao aumento fluxo migratório de venezuelanos, ainda que não se possa afirmar que relação causal entre os fatos pois não possuímos acesso aos microdados referentes à origem do aumento da desocupação e nem sua regionalização no estado.”

- e) Quais as principais ocupações laborais exercidas pelos migrantes venezuelanos? Qual percentual de venezuelanos inseridos no mercado de trabalho? Qual a taxa de desemprego desses migrantes?

Resposta: O Ministério da Economia, com base no Despacho s/n, de 27 de maio de 2019, assinado eletronicamente pelo Secretário Especial Adjunto de Fazenda, respondeu o seguinte: “Os dados acerca da questão não são de responsabilidade deste Ministério. Recomenda-se direcioná-las ao Ministério da Defesa;”.

- f) Que outras informações consideradas relevantes poderão ser prestadas por esse Ministério?

Resposta: Nos termos do referido Despacho s/n, de 27 de maio de 2019, o Ministério da Economia recomendou "a busca de mais dados específicos no Ministério da Saúde, no Ministério da Justiça e Segurança Pública e no Ministério da Defesa, assim como na própria Presidência da República".

IV.4 - REQUERIMENTO Nº 5, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Por meio do Ofício nº 3075/2019-MEC, de 27 de maio de 2019, o Exmo. Ministro da Educação respondeu às solicitações constantes do Requerimento de Informação nº 5, de 2019, aprovado por esta Comissão Externa em 10 de abril do corrente ano. O referido Ofício faz referência a 2



(duas) Notas Técnicas: uma subscrita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Nota Técnica nº 5/209/CGEST/DIGAP); outra pela Secretaria de Educação Básica – SEB (Nota Técnica nº 26/2019/CGARE/DARE/SEB/SEB). Para fins de organização do presente relatório, a seguir são transcritas as indagações da Comissão, acompanhadas de síntese das respostas encaminhadas:

- a) No âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei nº 13.684, de 2018, que ações ou iniciativas destinadas aos migrantes venezuelanos, relacionadas à educação, foram empreendidas?

Resposta: A Nota Técnica nº 5/209/CGEST/DIGAP esclarece que, com a edição da Lei nº 13.684, de 2018, o Governo Federal busca atuar em conjunto com os entes federados envolvidos, no sentido de ampliar a oferta de vagas nas escolas impactadas pelo fluxo migratório. No âmbito do MEC e do FNDE, os critérios de transferência automática de recursos, a título de apoio financeiro ao Estado de Roraima e seus municípios, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), foram fixados pela Resolução nº 13, de 15 de junho de 2018.

De acordo com o § 1º do art. 1º da citada Resolução, o montante dos recursos assegurados é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), destinados à ampliação da infraestrutura escolar e ao aumento do número de vagas na rede de ensino do Município de Boa Vista. Segundo as informações prestadas, o FNDE já repassou ao Município 50% dos recursos pactuados, com vistas à ampliação das escolas municipais Juslany de Souza Flores, Laucides Inácio de Oliveira, Ana Sandra Nascimento Queiroz e Carlos Raimundo Rodrigues.

Em complementação à informação acima mencionada, a Nota Técnica nº 26/2019/CGARE/DARE/SEB/SEB, aduz que os recursos financeiros (50% do total) foram repassados à Prefeitura de Boa Vista. Esse município informou que realizou processo licitatório, mas que os contêineres a serem utilizados na ampliação das 4 (quatro) escolas supracitadas ainda não chegaram, em razão de impasses de impugnação no processo (que já foram superados). A previsão de entrega dos contêineres é julho de 2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- b) No período de 2015 a 2019, houve aumento ou repasses adicionais de verbas do Governo Federal para a educação no Estado?

Resposta: Depreende-se das Notas Técnicas referidas no item anterior, que o Governo Federal destinou R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) à ampliação da infraestrutura escolar e ao aumento do número de vagas na rede de ensino do Município de Boa Vista, não havendo registro de repasse a outros municípios do Estado.

- c) Que outras informações consideradas relevantes poderão ser prestadas por esse Ministério?

Resposta: Não foram prestadas quaisquer outras informações, além das solicitadas expressamente.

IV.5 - REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. DA DEFESA

Por meio do Ofício nº 12760/GM-MD, de 22 de maio de 2019, o Exmo. Ministro da Defesa respondeu às solicitações constantes do Requerimento de Informação nº 6, de 2019, aprovado por esta Comissão Externa em 10 de abril do corrente ano. Para fins de organização do presente relatório, são transcritas as indagações da Comissão, acompanhadas de síntese das respostas encaminhadas:

- a) No âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei nº 13.684, de 2018, que ações ou iniciativas, voltadas aos migrantes venezuelanos, estão sob a condução ou orientação desse Ministério?

Resposta: A resposta subscrita pelo Ministro da Defesa destaca que “a Operação Acolhida é uma operação conjunta, interagências e de natureza humanitária e atua em três eixos: ordenamento de fronteira, acolhimento dos imigrantes e interiorização.” De acordo com o citado documento, o Ministério da Defesa é responsável por atividades empreendidas em cada um dos três eixos de atuação.

No eixo de “ordenamento de fronteira”, o MD age em conjunto com a Polícia Federal, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cabendo ao MD: a montagem e a manutenção das estruturas; o suporte ao pessoal que trabalha nas atividades de recepção, identificação e triagem dos imigrantes; o apoio à Polícia Federal na atividade de inspeção de bagagens; o atendimento médico no Hospital de Campanha das Forças Armadas, nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria e Ginecologia/Obstetrícia, com possibilidade de internação e remoção para outros hospitais.

No eixo “acolhimento”, o MD foi responsável pela adaptação de locais já existentes e a construção de abrigos para atender aos imigrantes desassistidos e indígenas provenientes da Venezuela (13 abrigos no total). Cumpre destacar que o MD responde pela manutenção de toda a infraestrutura existente, como alimentação, abastecimento de água potável e energia, distribuição de itens de higiene pessoal, entre outros.

No que se refere ao eixo “interiorização”, constitui tarefa do MD o transporte dos imigrantes por via aérea ou terrestre. A resposta encaminhada informa que, com base nos dados colhidos até 12 de maio de 2019, foram interiorizados 6.258 (seis mil, duzentos e cinquenta e oito) imigrantes pela Força Aérea e 3.454 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) por Organizações da Sociedade Civil.

- b) Em que medida o fenômeno migratório impactou na atuação dos efetivos das Forças Armadas, que se situam no Estado de Roraima? Houve necessidade de deslocamento de militares para a região?

Resposta: O MD informa que, desde o início da operação, “emprega contingentes oriundos de outros Estados para atuar diuturnamente nas ações da Operação Acolhida. Cada contingente permanece três meses em Roraima, até ser substituído. Atualmente, a Operação Acolhida encontra-se operando com o 5º Contingente no Estado de Roraima, em complemento às tropas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, responsável por aquela porção da fronteira.”

- c) Quantos militares, atualmente, prestam serviços em Roraima, em razão da Operação Acolhida?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resposta: O efetivo da Operação Acolhida é composto por 619 (seiscentos e dezenove) militares, sendo 55 (cinquenta e cinco) da Marinha do Brasil, 539 (quinhentos e trinta e nove) do Exército Brasileiro e 25 (vinte e cinco) da Força Aérea Brasileira. Além desses, a Operação conta com o efetivo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que atua de forma permanente na região.

d) Qual o custo anual da atuação das Forças Armadas no âmbito da Operação Acolhida?

Resposta: No primeiro ano a Operação, a MP nº 823, de 9 de março de 2018, abriu crédito extraordinário de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) em favor do Ministério da Defesa. No mesmo ano, esses recursos foram complementados com o crédito extraordinário de R\$ 75.280.000,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta mil reais). Com a finalidade de dar continuidades às ações da Operação Acolhida, a partir de abril do corrente ano, a MP nº 880, de 2019, abriu crédito extraordinário, destinado ao Ministério da Defesa, no montante de R\$ 223.853.000,00 (duzentos e vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais)

e) Que outras informações consideradas relevantes poderão ser prestadas por esse Ministério?

Resposta: O Ministro da Defesa colocou-se à disposição da Comissão Externa para esclarecimentos adicionais.

IV.6 - REQUERIMENTO Nº 7, DE 2019. RESPOSTAS DO EXMO. SR. MINISTRO DA SAÚDE

Com fundamento no Requerimento nº 7, de 2019, esta Comissão Externa, solicitou as seguintes informações ao Exmo. Ministro da Saúde:

a) No âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei nº 13.684, de 2018, que ações ou iniciativas destinadas aos migrantes venezuelanos, relacionadas à saúde, foram empreendidas?

b) Quantos atendimentos e internações de pacientes venezuelanos ocorreram na rede hospitalar pública no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estado de Roraima nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, e que percentual representaram do total geral de atendimentos e internações nesses anos?

- c) Qual foi o impacto da chegada dos migrantes no número de notificações de doenças endêmicas no Estado de Roraima? Quais foram as doenças mais impactadas? Quantos casos de sarampo foram notificados nesse Estado de 2016 até a presente data?
- d) Que impacto a migração em massa teve sobre a taxa de ocupação hospitalar nas unidades de saúde localizadas no Estado de Roraima, correspondente ao percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia ativos?
- e) Quantos médicos e enfermeiros atendem atualmente à população de Roraima e qual a relação habitantes/médico, considerando a população local somada aos migrantes?
- f) Quanto a União investiu no Estado de Roraima na área da saúde nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, em particular no âmbito da Operação Acolhida?
- g) Quais são, no momento, as principais deficiências na atenção à saúde no Estado de Roraima, e qual o valor estimado dos investimentos necessários para atender o atendimento da demanda atual por serviços médico-hospitalares na rede pública em Roraima?
- h) Que outras informações consideradas relevantes poderão ser prestadas por esse Ministério?

Por meio do Ofício nº 1492/2019/ASPAR/GM/MS, de 20 de maio de 2019, o Exmo. Ministro da Saúde respondeu às solicitações constantes do Requerimento de Informação nº 7, de 2019, aprovado por esta Comissão Externa em 10 de abril do corrente ano. O referido documento do ministério encaminha o Ofício ASPAR/GM/MS, que, por seu turno, faz referência aos seguintes documentos: Nota Técnica da Secretaria de Atenção à Saúde/SAS;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relatório de Ações SVS; Notas Informativas nº 5/2019-DEVIT/SVS/MS e nº 74/2019-CGPNI/DEVIT/SVS/MS; e Inquérito de Cobertura Vacinal.

Antes de apresentar qualquer dado ou consideração, a Nota Técnica da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) contextualiza a dramática situação da Venezuela, ressaltando que “devido a grande imigração de venezuelanos, o governo de Roraima decretou, em 6 de dezembro de 2016, situação de emergência na saúde de Boa Vista e Pacaraima”, e que “segundo estimativas do governo estadual, o número de venezuelanos vivendo lá, regularizados ou não, é de mais de 40 mil pessoas (estes dados não são oficiais pois muitos migrantes não apresentam documentação, especialmente os indígenas, o que não permite um censo oficial desta população).”

Em seguida, o relatório da Secretaria de Atenção à Saúde expõe o Plano Integrado de Ação para a Saúde dos Imigrantes no Estado de Roraima, assinado em 14 de janeiro de 2017, pela União, pelo Estado e pelos municípios afetados.

Mais adiante, o citado relatório se dedica a relacionar as ações já realizadas pela Secretaria de Atenção à Saúde, tais como o repasse de recursos complementares e apoio técnico ao estado e aos municípios de Roraima, a doação de uma ambulância do SAMU a Pacaraima, a ampliação da oferta de leitos no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré e no Hospital da Criança de Santo Antônio e as atividades no âmbito da Operação Acolhida. Neste último caso, foram empreendidos diversos contatos de articulação com a administração local e procedeu-se, quinzenalmente, à vacinação dos abrigos sob a gestão federal, entre outras iniciativas. Cumpre destacar, no entanto, que, desde 21 de dezembro de 2018, novos pactos modificaram as ações da SAS na Operação Acolhida e, em razão disso, o Ministério da Saúde não está colocando equipes de saúde em voos, nem realizando vacinação em 2019.

O relatório subscrito pela SAS apresenta, também, dados relativos à atenção básica em Roraima, inclusive em relação aos estrangeiros atendidos, atendimentos de média e alta complexidade, produção assistencial hospitalar e taxa de ocupação, quantitativo de médicos e enfermeiros no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estado, nos anos de 2015 a 2019. Além desses dados, o relatório traz informações referentes aos repasses federais para os fundos municipais de Boa Vista e Pacaraima e para o fundo estadual de saúde.

Por seu turno, a Nota Informativa nº 5/2019-DEVIT/SVS/MS, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) relata “as ações complementares relacionadas às ações relacionadas aos imigrantes venezuelanos”, efetivadas pela sala de vacinação instalada na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, no Município de Pacaraima. De acordo com a Nota Informativa, essa sala “tinha como proposta inicial ofertar prioritariamente as vacinas tríplice viral, febre amarela, DTP e dT, em razão da situação epidemiológica do sarampo e da difteria em Roraima e da febre amarela para o processo de interiorização dos venezuelanos para outros estados brasileiros. No entanto, diante da necessidade de oferecer aos venezuelanos a proteção contra outras doenças imunopreveníveis, as demais vacinas indicadas no Calendário Nacional de Vacinação do Brasil passaram a ser administradas nos migrantes venezuelanos, conforme as normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunizações.”

No que se refere ao sarampo, a Nota informa que “desde fevereiro de 2018 até o dia 15 de abril de 2019, foram notificados 605 casos suspeitos de sarampo em Roraima. Dos 605 casos notificados, 238 foram descartados, 362 foram confirmados e 5 estão em investigação. Do total de casos confirmados, 220 são em venezuelanos. O surto ainda encontra-se ativo no Estado, uma vez que ainda existem casos em investigação.”

A Nota Informativa nº 5/2019-DEVIT/SVS/MS, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) encaminha, também, um resumo executivo, contendo as ações desenvolvidas pela SVS frente à imigração de venezuelanos no estado de Roraima, de julho de 2017 a fevereiro de 2019. Esse resumo executivo traz informações sobre vigilância epidemiológica, imunização, ações de comunicação/informação, cooperação técnica e apoio logístico, apresenta quadro das despesas decorrentes da emergência, entre outros dados e considerações.



A Nota Informativa nº 74/2019-CGPNI/DEVIT/SVS/MS, do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis da SVS descreve as “orientações para a vacinação contra influenza em venezuelanos no estado de Roraima”. Nesse contexto, em síntese, orienta-se que a vacinação contra a influenza nos imigrantes seja realizada nos abrigos e nos serviços de saúde do estado, tendo como público alvo as pessoas que fizerem parte dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde.

O último documento encaminhado pelo Ministro da Saúde é o Inquérito de Cobertura Vacinal em Crianças Nascidas em 2016 no Município de Boa Vista, elaborado em 2019. Por meio do Inquérito, o Programa de Nacional de Imunização objetiva “conhecer as reais coberturas vacinais da população a fim de implementar estratégias eficazes de intensificação de ações e campanhas.”

IV.7 - REQUERIMENTO Nº 8, DE 2019. RESPOSTA DO EXMO. SR. MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Por meio do Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 307/2019, foi encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Requerimento de Informação nº 431, de 2019 (Req. 8/2019 CEXVENEZ), contendo as seguintes indagações:

- a) No âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei nº 13.684, de 2018, que ações ou iniciativas destinadas aos migrantes venezuelanos, concernentes à segurança pública, foram empreendidas?
- b) Em que medida o fenômeno migratório impactou nos indicadores de segurança pública do Estado de Roraima?
- c) Quantos venezuelanos vivem atualmente em Roraima?
- d) Quantos crimes de roubo, furto, lesão corporal e homicídios foram praticados por venezuelanos nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Esses números correspondem a que percentual do total dos referidos crimes?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- e) Quantos venezuelanos acham-se atualmente presos no sistema prisional de Roraima?
- f) Qual o total de acidentes de trânsito no Estado, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?
- g) Quantos acidentes de trânsito envolveram condutores venezuelanos de veículos motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?
- h) Qual o número de acidentes de trânsito sofridos por venezuelanos pedestres ou condutores de veículos não motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?
- i) Qual a maior causa dos acidentes de trânsito em Roraima nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?
- j) As autoridades de trânsito federais, individualmente ou em conjunto com as autoridades estaduais e municipais de trânsito, promovem ou promoveram alguma campanha de educação e segurança de trânsito, orientada aos condutores venezuelanos? Em que consiste essa campanha?
- k) As autoridades de trânsito federais, individualmente ou em conjunto com as autoridades estaduais e municipais de trânsito, elaboraram algum plano de redução de acidentes de trânsito, com foco nos condutores e pedestres venezuelanos?
- l) Que outras informações consideradas relevantes poderão ser prestadas por esse Ministério?

Reportando-se ao citado Requerimento, por meio do Ofício nº 1182/2019/AFEPAR/MJ, de 27 de maio de 2019, o Exmo. Ministro da Justiça e Segurança Pública encaminhou informações “relativas aos impactos causados pela migração de cidadãos venezuelanos no Estado de Roraima”, que seguem com anexos e documentações correlatas. O Ofício relaciona os seguintes documentos anexos, elaborados por diversos órgãos do MJ: Despacho nº 573/2019/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, do Departamento de Migrações; Ofício nº 217/2019/DEE/SENASP/MJ, da Diretoria de Ensino e Estatística da



Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ofício nº 851/2019/GAB-DFNSP/SENASP/JE, da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ofício nº 52/2019/GAB, do Gabinete do Diretor-Geral da PRF; e do Ofício nº 1107/2019/GAB-DEPEN/MJ, do Departamento Penitenciário Nacional. Em síntese, esses documentos informam o seguinte:

IV.7.1 Despacho nº 573/2019/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, do Departamento de Migrações

Em conformidade com o Despacho nº 573/2019/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, o Departamento de Migrações do MJ não respondeu às informações solicitadas por esta Comissão, aduzindo para tanto que os eixos de ação descritos no Relatório da Casa Civil (8718177), “a temática das perguntas encaminhadas, os órgãos de gestão destinados a tratar da crise da Venezuela”, e que este programa não está inserido entre as competências do Departamento. A despeito disso, o Departamento de Migrações cita “possíveis fontes de informação sobre as perguntas formuladas”, encaminhando cópia dos seguintes documentos: dois Relatórios Trimestrais do Comitê de Assistência Emergencial, elaborados pela Casa Civil, respectivamente em maio e outubro de 2018; e Relatório da Polícia Federal, de dezembro de 2018, contendo dados sobre o perfil dos migrantes, total de registros e outros números.

IV.7.2 Ofício nº 217/2019/DEE/SENASP/MJ, da Diretoria de Ensino e Estatística da Secretaria Nacional de Segurança Pública

O Ofício nº 217/2019/DEE/SENASP/MJ informa que “a Coordenação-Geral de Estatística (CGEST), subordinada a esta Diretoria, ‘não possui os subsídios necessários para fornecer os dados solicitados da maneira requerida, ficando a gestão dessas informações, caso estejam disponíveis, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima’.”



IV.7.3 Ofício nº 851/2019/GAB-DFNSP/SENASP/JE, da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Segundo se depreende do Ofício nº 851/2019/GAB-DFNSP/SENASP/JE, a Força Nacional de Segurança Pública apoiou:

- a) a Polícia Federal no Estado de Roraima nas seguintes atividades: polícia ostensiva; Perícia Forense; e Polícia Judiciária. Nesse contexto, de 26 de março de 2018 até 21 de maio de 2019, foram 347 deportações na região; e foram realizadas 25.597 identificações de estrangeiros (no período de 1º de janeiro a 17 de maio de 2019);
- b) a Polícia Rodoviária Federal no Estado de Roraima;
- c) o Governo do Estado de Roraima, em razão de solicitação da então governadora em face do aumento da criminalidade na cidade de Boa Vista, por meio da Portaria MSP 128, de 24 de agosto de 2018. Desde então, o emprego da Força Nacional vem sendo prorrogado, com base em outras Portarias. De 27 de agosto de 2018 até 21 de maio de 2019, a Operação Boa Vista-RR contabilizou na região 13 ocorrências com autor estrangeiro e 5 com vítima estrangeira.

IV.7.4 Ofício nº 52/2019/GAB, do Gabinete do Diretor-Geral da PRF

A Polícia Rodoviária respondeu a todos os questionamentos que estavam no âmbito de suas atribuições, constantes do Requerimento de Informação nº 8, de 2019, desta Comissão Externa, com a organização de informações e dados em tabelas. Assim, com o fim de facilitar a compreensão dos assuntos tratados, neste ponto do relatório, optou-se pela transcrição das informações prestadas, na forma em que foram apresentadas pelo Órgão. Assim:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Questionamento	Dado	Comentário																												
a) No âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei nº 13.684, de 2018, que ações ou iniciavas destinadas aos migrantes venezuelanos, concernentes à segurança pública, foram empreendidas?	A Polícia Rodoviária Federal em Roraima tem realizado algumas ações em conjunto com outros órgãos no sentido de atendimento aos imigrantes venezuelanos. A comissão de direitos humanos integra comitê em âmbito estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas, outra comissão estadual relacionada exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outras, com a participação de diversos órgãos e instituições municipais, estaduais, federais, UNICEF, ACNUR, com o objetivo de realizar diversas ações dentre as quais gostaria de destacar as seguintes atividades: Campanha de Combate ao Tráfico de Pessoas "Educar é Prevenir"; Participação em simpósios e seminários; participação em ação cívico social do Ministério Público de Trabalho; participação em oficinas referentes ao acolhimento, integração e interiorização dos refugiados, dentre outras palestras relacionadas ao atendimento aos venezuelanos como a Proteção dos direitos de Crianças venezuelanos em movimento no contexto do fluxo migratório. Além destas ações, vale destacar o apoio ao Ministério Público do Trabalho quanto a identificação de venezuelanos trabalhando em situação análoga a escravo no interior do estado e a sua remoção para abrigos da capital Boa Vista.	-																												
b) Em que medida o fenômeno migratório impactou nos indicadores de segurança pública do Estado de Roraima?	Em referência a crimes cometidos por imigrantes venezuelanos nas rodovias federais, não é possível identificar um aumento significativo no número de ocorrências. Outrossim, vale ressaltar que o grande número de cometimento de ilícitos por imigrantes estrangeiros estão relacionados à capital do estado, sendo em sua grande maioria relacionado aos crimes de roubo ou furto.	-																												
c) Quantos venezuelanos vivem atualmente em Roraima?	Essa informação não está na governança da PRF.	-																												
d) Quantos crimes de roubo, furto, lesão corporal e homicídios foram praticados por venezuelanos nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Esses números correspondem a que percentual do total dos referidos crimes?	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Quantidade de pessoas detidas/ocorrências cometidos por Venezuelanos. 2018 a 14/05/2019</th> </tr> <tr> <th rowspan="2">Grupo/tipo</th> <th colspan="2">Ano</th> </tr> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contra a Pessoa</td> <td>2</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Lesão corporal</td> <td>2</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Contra o Patrimônio</td> <td>5</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Furto</td> <td>4</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Roubo</td> <td>1</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Total Geral</td> <td>7</td> <td>7</td> </tr> </tbody> </table>	Quantidade de pessoas detidas/ocorrências cometidos por Venezuelanos. 2018 a 14/05/2019			Grupo/tipo	Ano		2018	2019	Contra a Pessoa	2	4	Lesão corporal	2	4	Contra o Patrimônio	5	3	Furto	4	1	Roubo	1	2	Total Geral	7	7	Dados Extraídos do BOP 2, que entrou em produção em julho de 2017. Os dados anteriores foram consolidados		
Quantidade de pessoas detidas/ocorrências cometidos por Venezuelanos. 2018 a 14/05/2019																														
Grupo/tipo	Ano																													
	2018	2019																												
Contra a Pessoa	2	4																												
Lesão corporal	2	4																												
Contra o Patrimônio	5	3																												
Furto	4	1																												
Roubo	1	2																												
Total Geral	7	7																												
e) Quantos venezuelanos acham-se atualmente presos no sistema prisional de Roraima?	Essa informação não está na governança da PRF.-	-																												
f) Qual o total de acidentes de trânsito no Estado, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Acidentes de trânsito e quantidade de vítimas registradas pela PRF no estado de Roraima</th> </tr> <tr> <th>Ano</th> <th>Acidentes</th> <th>Feridos</th> <th>Mortos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>319</td> <td>292</td> <td>31</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>296</td> <td>331</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>286</td> <td>355</td> <td>37</td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>236</td> <td>283</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>2019 até março</td> <td>52</td> <td>75</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Acidentes de trânsito e quantidade de vítimas registradas pela PRF no estado de Roraima				Ano	Acidentes	Feridos	Mortos	2015	319	292	31	2016	296	331	24	2017	286	355	37	2018	236	283	22	2019 até março	52	75		-
Acidentes de trânsito e quantidade de vítimas registradas pela PRF no estado de Roraima																														
Ano	Acidentes	Feridos	Mortos																											
2015	319	292	31																											
2016	296	331	24																											
2017	286	355	37																											
2018	236	283	22																											
2019 até março	52	75																												



CÂMARA DOS DEPUTADOS

g) Quantos acidentes de trânsito envolveram condutores venezuelanos de veículos motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?	Acidentes com envolvimento de Venezuelanos - veículos automotores			O sistema BAT não especifica a nacionalidade dos pedestres ou condutores de veículos motorizados envolvidos em acidentes de trânsito, razão pela qual não é possível filtrar os dados referentes a venezuelano para os anos de 2017 a 2019.
	Tipo de envolvido	2015	2016	
	Condutor - automotor	2	5	
	Passageiro - automotor	2	1	

h) Qual o número de acidentes de trânsito sofridos por venezuelanos pedestres ou condutores de veículos não motorizados, nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?	Tabela 4 - Acidentes com envolvimento de venezuelanos - veículos não motorizados			O sistema BAT não especifica a nacionalidade dos pedestres ou condutores de veículos motorizados envolvidos em acidentes de trânsito, razão pela qual não é possível filtrar os dados
	Tipo envolvido/estado físico	2015	2016	
	Condutor bicicleta		1	

i) Qual a maior causa dos acidentes de trânsito em Roraima nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?	Tabela 5 - Causa presumível das ocorrências registradas pela PRF no estado de Roraima					
	Causa do acidente	2015	2016	2017	2018	2019
	Falta de atenção	139	115			
	Falta de Atenção à Condução			119	87	20
	Ingestão de álcool	44	62	38	37	8
	Outras	36	24			
	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor			24	26	4
	Velocidade incompatível	13	18	10	9	1
	Não guardar distância de segurança	20	10	11	9	
	Animais na Pista	11	12	10	12	2
	Desobediência à sinalização	19	13			
	Defeito na via	7	11	6	5	1
	Falta de Atenção do Pedestre			17	9	4
	Defeito mecânico em veículo	14	15			
	Dormindo	11	12			
	Condutor Dormindo			14	7	1
	Defeito Mecânico no Veículo			9	7	1
	Ultrapassagem indevida	5	4	5	1	
	Restrição de Visibilidade			4	4	4
	Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu			6	3	1
	Sinalização da via insuficiente ou inadequada			6	3	
	Pista Escorregadia			4	3	1
	Mal Súbito			2	2	1
	Fenômenos da Natureza			1	1	2
	Deficiência ou não Aacionamento do Sistema de Iluminação/Sinalização do Veículo				3	
	Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre				3	
	Ingestão de álcool e/ou substâncias psicoativas pelo pedestre				2	1
	Agressão Externa				2	
	Objeto estático sobre o leito carroçável				1	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

j) As autoridades de trânsito federais, individualmente ou em conjunto com as autoridades estaduais e municipais de trânsito, promovem ou promoveram alguma campanha de educação e segurança de trânsito, orientada aos condutores venezuelanos? Em que consiste essa campanha?	A Polícia Rodoviária Federal em conjunto com o Ministério Público Estadual, Exército Brasileiro, Departamento Estadual de Trânsito e Secretaria Municipal de Trânsito já realizaram reunião para proporcionar palestras para os imigrantes nos abrigos da capital com o objetivo de conscientização sobre os riscos e também das responsabilidades das pessoas no trânsito. Essa ação se faz necessária em razão do grande número de venezuelanos que transitam pelas ruas e avenidas da capital.	-
k) As autoridades de trânsito federais, individualmente ou em conjunto com as autoridades estaduais e municipais de trânsito, elaboraram algum plano de redução de acidentes de trânsito, com foco nos condutores e pedestres venezuelanos? e	Ainda não foi realizado plano de ação estruturado. Todavia, a PRF proporá a realização de plano de ação de atuação interagências visando a prevenção e redução de acidentes de trânsito envolvendo condutores e pedestres venezuelanos.	-
l) Que outras informações		
consideradas relevantes poderão ser prestadas por esse Ministério?	A PRF tem atuado no desenvolvimento de ações relacionadas com suas atribuições e tem buscado contribuir em conjunto com os demais órgãos e instituições, nas mais diversas atividades integradas e conjuntas relacionadas à problemática.	

IV.7.5 Ofício nº 1107/2019/GAB-DEPEN/MJ, do Departamento Penitenciário Nacional

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) informou, com base nos dados fornecidos pelo servidor do Sistema Penitenciário local, que, em Roraima, encontram-se presos 202 (duzentos e dois) venezuelanos, assim distribuídos pelas unidades prisionais do Estado:

- Penitenciária Agrícola de Monte Cristo: 148 (cento e quarenta e oito) presos;
- Cadeia Pública de Boa Vista: 12 (doze) presos;
- Cadeia Pública Feminina de Boa Vista: 16 (dezesseis) presas;
- Cadeia Pública de São Luiz do Anauã: nenhum preso;
- Centro de Progressão Penitenciário: 1 (um) preso;



- Casa de Albergado de Boa Vista: 25 (vinte e cinco) presos.

V – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Antes de qualquer consideração, cumpre destacar que, tendo em vista o caráter preliminar do presente Relatório, as considerações e recomendações a seguir expendidas não têm caráter definitivo e poderão ser revisadas até o final dos trabalhos desta Comissão Externa.

Com base nos dados fornecidos pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a Comissão Externa localizou alguns pontos que merecem atenção:

a) Na área da saúde:

1) O acentuado aumento populacional decorrente da imigração acarretou aumento (desproporcionalmente elevado, por se tratar de população em situação socioeconômica muito desfavorável) na demanda dos serviços de saúde municipais e estaduais. Foi somente em 2018 que o Ministério da Saúde tomou medidas para aumentar o aporte de recursos federais para a saúde do estado, mediante as Portarias nº 1.384 e 1.385, ambas de 16 de maio.

A Portaria nº 1.384 aumentou o incentivo financeiro anual do PAB fixo (Parcela de Recursos fixa, calculada sobre a população do Município, componente do Piso da Atenção Básica) em R\$ 174.608,00 (cento e setenta mil, seiscentos e oito reais) para Pacaraima e R\$ 333.672,00 (trezentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e dois reais) para Boa Vista, divididos em doze parcelas mensais, das quais a última se deu em maio passado.

A Portaria nº 1.385 estabeleceu aporte anual de R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) ao bloco de custeio do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado de Roraima, também em parcelas mensais que, depreende-se, findaram também em maio último.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao longo de 2018, estima-se que 505 (quinhentos e cinco) venezuelanos imigraram por dia. Em 2019, estima-se que este número se situe acima de 420 (quatrocentos e vinte) por dia. Grande parte desses imigrantes permanece em Roraima, aumentando a sobrecarga dos sistemas de saúde municipais e estadual. Como não há, no ofício enviado pelo Ministério da Saúde, nenhuma menção à nova alocação de recursos, é grande a possibilidade de que haja colapso na atenção à saúde.

2) A avaliação da situação de saúde no Estado é dificultada, também, pela inconsistência que se pode detectar nos dados disponíveis. Por exemplo, segundo o Ministério da Saúde, a cobertura populacional da Atenção Básica e das Equipes de Saúde da Família em Pacaraima teria sido de 100% entre 2016 e 2019. Entretanto, o número de Agentes Comunitários de Saúde permanece o mesmo desde 2014, assim como o número de Equipes de Saúde da Família.

O próprio sítio institucional da Sala de Apoio à Gestão Estratégica do Ministério da Saúde mostra números diferentes, ainda que indique uma alta cobertura.

3) Cremos ser possível e necessário melhorar a comunicação entre os entes federativos, no caso entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde de Pacaraima. Esta, em ofício datado de 30 de abril do corrente ano (SENSA/GAB/OFÍCIO Nº 070/2019), relata a necessidade de credenciar microscopistas, em número de cinco, para atuar no diagnóstico de malária. O Ministério, por sua vez, informa ter enviado “kits” de teste rápido, 8.000 em 2017 e 10.700 em 2018, o que no mínimo reduz agudamente a necessidade dos exames em gota espessa, efetuados por microscopistas. Seria necessário verificar se os “kits” encaminhados estão sendo efetivamente utilizados.

4) No mesmo ofício, a Secretaria municipal de Saúde indica a necessidade de 8 (oito) novos agentes de combate a endemias. Esse é precisamente o quantitativo máximo de ACE's determinado para o Município no Anexo da Portaria nº 1.025, de 21 de julho de 2015, bem como o número autorizado para repasse de recursos federais pela Portaria nº 2.393, de 19 de setembro de 2017, ambas do Ministério da Saúde. O aumento populacional,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mesmo acentuado, não seria suficiente para justificar a duplicação do número de ACE's.

b) Na área da segurança pública:

1) Com base os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, a partir de 2015 até a presente data, observa-se um aumento significativo dos casos de furto, roubo e lesão corporal, praticados por venezuelanos no Estado de Roraima, tendo o número de homicídios permanecido relativamente estável no período.

Em face desses fatos, considera-se necessária a continuidade e o aprofundamento das atividades de cooperação entre os órgãos federais e estaduais, na área da segurança pública.

2) O aumento das citadas práticas delituosas refletiu-se no sistema prisional do Estado, que abriga, atualmente, 216 detentos de origem venezuelana. De acordo com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, a maioria dos venezuelanos reclusos incorreu nas condutas tipificadas na Lei nº 11.343, de 2016, e nos arts. 157 (roubo) e 121 (homicídio) do Código Penal.

Nesse ponto, vale destacar o alerta desse órgão estadual para o estreitamento dos laços entre os criminosos nacionais e venezuelanos, o que pode favorecer o crime organizado transnacional, em particular o tráfico de armas e de drogas. Assim, sugere-se aos órgãos encarregados pela execução das penas, que tracem estratégias voltadas a inviabilizar o contato dos presos venezuelanos com detentos brasileiros que tenham ligações com facções criminosas.

c) Na área da educação:

1) Segundo o Relatório do Fluxo Migratório em Roraima e o Reflexo na Educação Básica, da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, o Estado necessita, com urgência, do suporte financeiro de R\$ 28.502.528,10 (vinte e oito milhões, quinhentos e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e dez centavos).

Embora se desconheçam os esforços do Governo Federal, que vem efetuando transferências automáticas de recursos, no marco do Plano de



Ações Articuladas (PAR), com a finalidade de ampliar a oferta de vagas nas escolas de Roraima, tendo em conta o déficit acima apontado, o aumento significativo de matrículas de venezuelanos, sobretudo nas escolas de educação básica e, ainda, considerando que o custo por aluno, em Roraima, supera a média nacional, é oportuno e conveniente que Poder Público Federal estude mecanismos para majorar o subsídio financeiro destinado ao Estado, além das transferências já estatuídas.

2) De acordo com as informações prestadas pelo Prefeito de Pacaraima, o número de alunos de origem venezuelana matriculados nas escolas municipais vem aumentando nos últimos anos. Em 2016, por exemplo, o Município contabilizava apenas 165 venezuelanos matriculados, que representavam apenas 9% do total dos estudantes. Em 2019, esse número mais do que quintuplicou, passando a 917, o que equivale, aproximadamente, a 33% do total dos matriculados. Nota-se, portanto, que a quantidade de venezuelanos em salas de aula do Município aumentou não apenas nominalmente, mas proporcionalmente, em relação ao número de brasileiros, que não apresentou grande variação no período de 2016 a 2019.

Embora o Município de Pacaraima não tenha fornecido informações relativas às despesas com a manutenção do sistema de ensino local, pode-se presumir que o aumento do número de venezuelanos matriculados no sistema tenha impactado nas despesas do Município.

A Prefeitura informa, ainda, que as salas de aula se encontram superlotadas, com a estimativa de haver 860 alunos aguardando para entrar nas escolas.

Em face do exposto, em caráter emergencial, sugere-se ao Ministério da Educação que envide esforços no sentido de assinar de termo de compromisso com o Município de Pacaraima, nos moldes dos instrumentos firmados com o Município de Boa Vista, que objetivaram a ampliação das escolas Juslany de Souza Flores, Laucides Inácio de Oliveira, Ana Sandra Nascimento Queiros e Carlos Raimundo Rodrigues.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado NICOLETTI